

Fls.

**Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001**

## Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: OI S.A.  
Autor: TELEMAR NORTE LESTE S.A.  
Autor: OI MÓVEL S.A.  
Autor: COPART 4 PARTICIPAÇÕES S.A.  
Autor: COPART 5 PARTICIPAÇÕES S.A.  
Autor: PORTUGAL TELECOM INTERNATIONAL FINANCE B.V.  
Autor: OI BRASIL HOLDINGS COÖPERATIEF U.A.  
Interessado: PROCURADORIA FEDERAL JUNTO ANATEL  
Interessado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.  
Administrador Judicial: ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD  
Interessado: CHINA DEVELOPMENT BANK CORPORATION  
Interessado: GLOBNET CABOS SUBMARINOS S.A.  
Interessado: PRICEWATERHOUSE COOPERS ASSESSORIA EMPRESARIAL  
Representante Legal: JOSE MAURO FERNANDES BRAGA JÚNIOR  
Interessado: GOLDENTREE DISTRESSED FUND 2014 LP E OUTROS  
Interessado: PTLIS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA  
Interessado: MAZZINI ADMINISTRAÇÃO LTDA  
Interessado: TIM CELULAR S.A E OUTRO  
Interessado: JEAN LEON MARCEL GRONEWEGEN  
Interessado: THE BANK OF NEW YORK MELLON S.A

---

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz  
Fernando Cesar Ferreira Viana

Em 29/11/2017

### Decisão

#### I- RELATÓRIO

Na petição de fls. 241.856/241.984 um relevante grupo de 28 credores das Devedoras, Capricorn Capital Ltd e outros, aduz, em resumo, que, em 03.11.2017, o Conselho de Administração da Oi S/A, por maioria de votos e vencidos os conselheiros independentes, deliberou pela (i) rejeição do plano de recuperação por eles apresentado, denominado de PRJ Consensual Alternativo; (ii) aprovação de outro plano, o PSA, o qual, no seu entendimento, estaria em desacordo com os interesses sociais e dos demais credores; (iii) nomeação para a diretoria estatutária das Devedoras os Conselheiros Hélio Costa e João Vicente Ribeiro, os quais seriam vinculados ao grupo de minoritários referido. Sustentam que as medidas têm por objetivo frustrar o processo de negociação de um plano de recuperação judicial consensual, apenas recentemente entabulado com a Diretoria das Devedoras, após mais de 15 meses de recuperação.

Argumentam esses credores que o plano de recuperação tem natureza contratual e que, portanto, a sua formação depende essencialmente de um processo de negociação ativo e de boa-fé. Afirmam que tal conduta causa grave instabilidade no processo de recuperação judicial e insegurança jurídica, criando uma "rotina administrativa abusiva, conflituosa e prejudicial que não se coaduna com o espírito, princípios e disposições legais da LFR".

Mencionam a decisão da ANATEL de 06.11.2017 que determinou à Oi S/A que se abstenha de assinar o PSA antes da apreciação da minuta pelo Conselho Diretor da agência, bem como que a ANATEL seja intimada para participar de todas as reuniões do Conselho de Administração e de Diretoria Executiva da companhia.

Afirmam, contudo, que apesar de acertada, a decisão não é suficiente para elidir o conflito de interesses que sustentam existir entre, de um lado, o referido grupo de acionistas minoritários e, de outro lado, as Devedoras e seus credores.

Por tudo isso, com base no art. 64 da LRF e no poder geral de cautela, citando jurisprudência, requerem o deferimento das seguintes medidas acautelatórias: (i) suspensão da posse ou suspensão dos efeitos da posse dos novos Diretores eleitos pelo Conselho de Administração da Oi S/A (Srs. Hélio Costa e João Vicente Ribeiro), impedindo-os de praticar atos em nome das Devedoras, sob pena de multa; (ii) suspensão do direito de voto dos membros do Conselho de Administração da Oi S/A eleitos pelos acionistas minoritários ali identificados em qualquer reunião envolvendo a recuperação judicial e o plano de recuperação; (iii) suspensão do direito de voto dos mesmos acionistas minoritários nos assuntos relacionados à recuperação e ao respectivo plano, além de ordem para que se abstenham de destituir os atuais diretores estatutários das Devedoras, bem como de eleger novos diretores para as vagas em aberto, sob pena de multa; e (iv) a proibição de que o PSA negociado pelos referidos acionistas minoritários com um outro grupo de credores seja assinado pelas Devedoras sem autorização desse Juízo, após a oitiva dos credores, do Administrador Judicial, do Ministério Público, da ANATEL e demais interessados.

Determinei a manifestação do Ministério Público que às fls. 242358/242373 opinou pelo indeferimento dos pleitos de fls. 241856/241984, mas sugeriu seja o Administrador Judicial autorizado a colocar em votação na Assembleia Geral de Credores versões outras do Plano de Recuperação Judicial que lhe sejam apresentadas para deliberação dos credores. Em resumo, o membro do Parquet aduz que (i) a análise do PSA sob o aspecto econômico é defesa de considerações por parte do Juízo e do MP; seus destinatários são a totalidade dos credores e a sede e o momento adequados para aferição de seus termos é a própria AGC; e (ii) não é possível entrever que os requeridos tenham diretamente incorrido em uma das hipóteses do art. 64 da Lei de Recuperação. Segundo o MP, o que estaria demonstrado até agora seria a existência de interesses contrapostos, que devem ser analisados por ocasião da AGC.

Às fls. 242.376/242.379, o fundo Societé Mondiale peticionou afirmando ser absurdo o postulado pelos credores. Requereu, ainda, a prévia intimação dos conselheiros e diretores da Companhia.

Diante desse cenário, decidi, às fls. 242.453/242.456, de forma provisória em acolher em parte os pedidos formulados pelos credores para determinar, cautelarmente, "que os novos Diretores nomeados pelo Conselho de Administração, que são também conselheiros - a revelar um possível

conflito de interesses - se abstenham de interferir de qualquer modo em questões relacionadas a este processo de recuperação judicial, bem como à negociação e elaboração do plano de recuperação judicial, matérias que permanecerão na exclusiva competência da diretoria anteriormente nomeada, sem prejuízo do regular exercício de suas outras atribuições operacionais na direção da companhia."

Às fls. 243.730/243.751, voltaram a peticionar nos autos Capricorn Capital e outros requerendo: (i) a imediata suspensão do direito de voto dos membros dos Conselheiros Conflitados eleitos pelos Acionistas Minoritários Controladores e identificados no Anexo I, seja na qualidade de conselheiros ou na de Diretores para os que acumulam as duas funções, especialmente em qualquer reunião de conselho, diretoria ou qualquer deliberação envolvendo a Recuperação Judicial e/ou o PRJ das Devedoras, devendo as deliberações do Conselho de Administração serem tomadas nesses casos apenas pelo voto dos conselheiros independentes; (ii) a imediata suspensão do direito de voto dos Acionistas Minoritários Controladores, especialmente em qualquer deliberação que diga respeito à Recuperação Judicial e/ou ao PRJ das Devedoras, além de expedição de ordem para que que FSM e Bratel (e o Conselho de Administração) se abstenham de (a) adotar qualquer medida no sentido de destituir os atuais diretores estatutários das Devedoras, bem como de (b) eleger novos diretores, inclusive para as vagas porventura existentes e vacantes, sob pena de multa por ato praticado não inferior a R\$ 10.000.000,00, sem prejuízo da nulidade do ato praticado; e (iii) que o Administrador Judicial submeta à Deliberação e Votação dos credores reunidos em Assembleia Geral de Credores os eventuais Planos Alternativos que sejam oportunamente apresentados por grupo ou grupos de credores relevantes, independentemente de concordância das Devedoras, como já determinado inclusive pelo Parecer MP, advertindo-se em qualquer caso que os atuais Diretores das Devedoras devem se desincumbir de seus deveres fiduciários e negociar, de boa-fé, com todos os credores interessados em negociar eventuais planos alternativos; e (iv) intimação dos credores e demais interessados, notadamente os Cross-Holders, para que se abstenham de manter quaisquer tratativas com os Srs. Hélio Costa e João Vicente Ribeiro e demais representantes de Bratel, Pharrol, FSM e Nelson Tanure, em violação à Decisão Novos Diretores, sob pena de multa por ato praticado não inferior a R\$ 10.000.000,00, sem prejuízo da nulidade do ato praticado.

Às fls. 243.762/243.786, Bratel vem ao Juízo requerer o indeferimento dos pedidos formulados pelos credores Capricorn e outros, alegando, dentre outros, que os credores estão fazendo uma interpretação equivocada do art. 64 da LRF e que não há abuso de poder nem conflito de interesses a justificar tais drásticas medidas.

É fato público e notório que, dias após a decisão de fls. 242.453/242.456 ser proferida, o Presidente do Grupo Oi renunciou ao cargo em razão da forte instabilidade e conflitos entre a Diretoria e o Conselho de Administração no que diz respeito ao plano de recuperação a ser apresentado aos credores.

Diante disso, entendo necessária nova análise da matéria.

## II - COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO

Cabe esclarecer, primeiramente, que na decisão de fls. 242.453/242.456 entendi em interferir na

vida societária das empresas em recuperação pois entendo que este Juízo é o competente para tratar da matéria.

Como recordei na decisão, logo no início deste processo de recuperação, o Juízo foi instado a se pronunciar sobre tema semelhante, quando dois acionistas do Grupo OI, o Societé Mondiale e a Bratel divergiram e discordaram quanto ao preenchimento das vagas do Conselho de Administração.

Na época, o fundo Societé Mondiale solicitou, na qualidade de acionista do Grupo Oi, a realização de reunião do Conselho de Administração, para apreciar pedido de convocação de Assembleia Geral Extraordinária com o objetivo de destituir/nomear membros do Conselho de Administração.

Diante de tal pedido, as Recuperandas peticionaram em Juízo pedindo autorização judicial para a convocação da AGE.

A maior acionista do Grupo, Bratel B.V., com participação à época no capital social de 22,24%, apresentou a petição de fls. 91.771/91.793, para dizer que apoiava a recuperação judicial; que as alegações do Societé Mondiale eram falaciosas e que não podia ser admitido o pedido de destituição e substituição dos integrantes do Conselho de Administração por "implicar instabilidade e insegurança nos negócios e tratativas em curso". Para a peticionária, a alteração do Conselho naquele momento "tumulua o processo recuperacional como um todo" e colocava em risco diversos interesses envolvidos.

Intimado, o Administrador Judicial teceu diversas considerações sobre o tema, trazendo distintos cenários jurídicos ao Juízo, não sem antes opinar pela possibilidade do juiz da recuperação enfrentar a questão. Veja-se o seguinte trecho de sua manifestação de fls. 93.285 e seguintes:

"19. O pedido de autorização para convocação de assembleia, formulado pelas recuperandas, exige a harmonização entre dois estatutos jurídicos importantes, a Lei 6.404/76 e a Lei 11.101/05, isto é, direito das sociedades e o direito da insolvência.

(i)

23. Para examinar o pedido formulado pela OI, o primeiro ponto a ser apreciado diz respeito à competência. Sem dúvida, o requerimento formulado pode e deve ser apreciado por V. Exa.

24. Deve ser reconhecido que o Juízo da recuperação é dotado do poder geral de cautela, dada a magnitude dos bens jurídicos que estão envolvidos no processo. Esse poder geral de cautela presta-se à efetividade da prestação jurisdicional e tem assento constitucional (art. 5º, XXXV). Ainda que não existisse previsão expressa do poder geral de cautela na lei ordinária, ele é "algo que prescinde de declaração legal, carecendo, quando muito, de uma regulamentação do seu modus operandi" (grifou-se)"

Naquela oportunidade, reconhecendo o poder geral de cautela, apreciei a questão apresentada. Assim como o faço agora, neste novo momento de crise institucional.

Entendo que é dever do magistrado conciliar a lei de recuperação e a lei societária. A ordem jurídica atual clama de forma uníssona pela manutenção da fonte produtora, pela manutenção dos empregos e pelo interesse geral dos credores. Esses paradigmas somente serão alcançados

através da aplicação do princípio maior da preservação da empresa, previsto exatamente na lei de recuperação judicial. Entendimento diverso implicaria em incoerência com o ordenamento jurídico.

A Lei 11.101/2005 foi criada tendo como princípios básicos (i) a preservação da empresa; (ii) sua função social e (iii) o estímulo à atividade econômica, conceitos hoje amplamente fortalecidos pelo direito pretoriano. A jurisdição da recuperação acha-se revestida desse poder geral de cautela para que os objetivos estampados no art. 47 da Lei 11.101/05 possam ser alcançados em sua plenitude.

Para que uma recuperação seja viável, cabe ao Magistrado, além de observar o ordenamento jurídico, adotar todas as medidas necessárias ao cumprimento do dever legal de viabilizar a preservação da empresa, seja ela uma sociedade empresária de pequeno porte ou, como ocorre neste caso, um relevante grupo econômico, com ramificações internacionais, que movimentam bilhões de reais, anualmente.

A mitigação da vontade individual de qualquer acionista da empresa OI é corolário de um interesse maior, posto que cuida-se de processo de soergimento de grupo econômico prestador de serviço público de telefonia, de manifesto interesse social. Ademais, a empresa OI tem capital pulverizado no mercado e não está submetida a nenhum controle acionário, e sim gerencial.

A partir do momento em que a companhia se submete ao processo especial protetivo, de interesse geral, o funcionamento dos órgãos sociais da empresa deixa de se submeter exclusivamente aos regramentos privados estampados nas leis societárias e passa a se curvar aos preceitos da lei de recuperação judicial.

O interesse coletivo - representado por um universo de consumidores, credores, empregados e fornecedores - transcende, em muito, a vontade individual dos acionistas. Cabe, portanto, ao Juízo recuperacional apreciar as relevantes questões societárias que afetem diretamente o processo de recuperação judicial, pois está naturalmente revestido do poder geral de cautela.

Repita-se: com a recuperação judicial, a vida societária não mais segue em sua normalidade. Os interesses dos acionistas sofrem forte restrição e não se sobrepõem ao princípio da preservação da empresa e de sua função social, muito menos aos interesses da coletividade de credores de uma concessionária de serviço público.

Diante do conflito de interesses entre alguns acionistas, a Diretoria das recuperandas e o universo de credores, não há como se imaginar a não aplicação integral da lei de recuperação judicial, notadamente quando esses credores possuem créditos que extrapolam, em muito, o valor da própria companhia.

A Lei de recuperação judicial não é superior às leis societárias, mas é especial em relação a elas. No exercício da harmonização das regras e princípios conflitantes, algum bem jurídico vai ter que vingar, mesmo que não se aponte a valoração da norma. O princípio da preservação da empresa tem substrato no interesse social inserido no complexo da organização empresarial.

Assim, na esteira do posicionamento adotado anteriormente, registro que a matéria trazida ao conhecimento do Juízo, por petições dos credores e por fatos que são públicos e notórios, deve ser imediatamente apreciada pelo Juízo da recuperação.

### III - O CONFLITO INSTAURADO

Instaurou-se acirrado conflito acerca do plano de recuperação das Devedoras a ser efetivamente levado à assembleia para deliberação pelos credores. Cada grupo está a defender um plano diferente e, como bem pontuado pelo Ministério Público, não cabe a esse Juízo exercer avaliação acerca das vantagens e desvantagens de cada um.

Não tem o Poder Judiciário elementos e nem competência para dizer se o PSA que um dos acionistas quer ver assinado é mais ou menos vantajoso para as recuperandas e, no final das contas, para os credores em geral e para a sociedade como um todo.

O juiz não pode analisar as questões negociais e os aspectos econômicos e financeiros do plano de recuperação. Trata-se, em verdade, de prerrogativa do credor que irá aprovar, rejeitar ou propor modificações ao plano.

Ocorre que essa divergência acerca do plano de recuperação vem causando um notório tumulto na administração da companhia, como demonstra a polêmica reunião do Conselho de Administração da Oi S/A de 03.11.2017, que gerou, inclusive, uma medida cautelar deferida pela ANATEL. Tudo isso, frise-se, às vésperas da assembleia geral de credores, a qual já teve de ser adiada por três vezes, em prejuízo da celeridade dos trabalhos.

Nesse quadro, com base no poder geral de cautela do juiz, entendi necessária a adoção de medida cautelar e provisória que visava apenas e tão somente garantir o bom andamento da presente recuperação, especialmente permitindo uma negociação efetiva entre as partes envolvidas, sem o alijamento de qualquer dos grupos, de forma a fazer valer o princípio da preservação da empresa.

Como destaquei às fls. 242.453/242.456:

"Nesse momento, parece importante resguardar a autonomia e a independência da atual Diretoria das devedoras, que foi constituída, na sua maioria, antes da instauração do atual conflito entre credores e devedores, no âmbito desta recuperação judicial e que, portanto, parecem equidistantes e com neutralidade necessária para a negociação de um plano de recuperação desse porte.

Some-se a isso o fato de que essa Diretoria vem sendo a responsável pela condução operacional da companhia ao longo de todo este processo recuperacional, sendo capazes de preservar a prestação do serviço público de forma satisfatória, o que também recomenda, neste momento, a sua manutenção nos cargos que ocupam."

Assim, determinei aos novos diretores que se abstivessem de interferir de qualquer modo em questões relacionadas a este processo de recuperação judicial, bem como à negociação e elaboração do plano de recuperação judicial, matérias que permaneceriam na exclusiva competência da diretoria anteriormente nomeada, sem prejuízo do regular exercício de suas outras atribuições operacionais na direção da companhia.

Mas, com a recentíssima notícia de renúncia do Presidente do Grupo OI, vejo que o clima de instabilidade institucional está se agravando ainda mais, o que, como já dito neste despacho, clama um novo provimento do Poder Judiciário.

#### IV - IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO

Como já tive a oportunidade de destacar nos autos, o objetivo principal do plano de recuperação judicial é convencer a coletividade de credores e, por tal motivo, suas especificações devem conter detalhados dados econômico-financeiros e pormenorizadas informações sobre as medidas consideradas necessárias para que, em um período preestabelecido, seja possível reorganizar as atividades empresariais, com vista à continuidade do negócio desenvolvido, além das exigências contidas nos incisos I, II e III do art. 53. (fls. 93.670 e seguintes).

Entendi, no início do processo, que somente a própria devedora tem pleno conhecimento técnico da situação financeira-econômica vivenciada, sendo, portanto, a mais capacitada, no estágio inicial, de aferir a forma e o conteúdo do plano que irá conter as soluções de mercado, postas ao crivo dos credores.

Considerando que o plano de recuperação judicial é a peça fundamental para o sucesso da recuperação judicial, permiti às devedoras que apresentassem aos credores o plano na forma que melhor lhes apossasse, dentro da realidade econômico-financeira que só elas conheciam bem.

Mas é evidente que as devedoras devem buscar a anuência dos credores acerca da plausibilidade, viabilidade e solidez das medidas que apresentaram no plano, não só com vista à satisfação dos próprios credores, mas também em razão do soerguimento do grupo econômico, sob pena de causar sua própria bancarrota.

O plano inicialmente proposto pode e, em muitos casos, deve sofrer alterações, visto que o novo sistema jurídico formado com o fim de socorrer às sociedades empresárias em dificuldades econômico-financeiras põe o credor em papel relevante e ativo em todo o processo deliberativo da recuperação, condição que não lhe era conferida no anterior sistema falimentar.

A negociação com os credores, especialmente os que detêm créditos relevantes, é medida que se impõe para o sucesso da recuperação judicial - sucesso no sentido de satisfação máxima dos credores quanto ao recebimento dos seus créditos, atrelado ao soerguimento da própria empresa.

Assim, parece-nos evidente que as recuperandas precisam negociar, em um ambiente estável,

com os fundos que peticionaram nos autos, com os bancos privados e públicos, com a Anatel e com a AGU. Neste ponto, esclareço que tanto a ANATEL como a AGU têm mantido importante interlocução com este Juízo Recuperacional, sempre em vista ao atendimento do indeclinável interesse público na busca de uma melhor solução de mercado para a concessionária em crise - lembrando que o pedido de proteção judicial é formulado por uma das maiores empresas de telecomunicações do mundo, que impacta fortemente a economia brasileira e gera recolhimento de volume bilionário de impostos aos cofres públicos.

Não custa lembrar que o Grupo Oi é responsável por: i) 20% da telefonia celular do Brasil; ii) operação exclusiva a 3000 municípios que só possuem a Oi como operadora; iii) prestação de serviço em 5.570 municípios brasileiros; iv) 70 milhões de usuários; v) 140 mil empregos; vi) interligação de 2.238 Zonas e 12.969 Seções eleitorais dos Tribunais Regionais Eleitorais de 21 Estados da Federação, fundamental para a totalização dos resultados das eleições em todo o país.

As referidas peculiaridades revelam a necessidade de este Juízo exercer com maior intensidade o seu mister constitucional de preservação da empresa, da fonte de empregos e de riquezas para toda a sociedade. Afinal, ao se socorrerem do Poder Judiciário, em um momento de crise global, as recuperandas pretendem superar as dificuldades, a fim de atingir os seus objetivos sociais, ao passo que a recuperação econômica do Grupo Oi, um dos maiores conglomerados empresariais do país, tem inegável importância econômica e social para o Brasil.

Na visão deste magistrado, o foco deve estar empresa e não no empresário; ainda mais quando se trata de sociedades em atividades essenciais por meio de concessão pública. Nesse contexto, a existência de um ambiente de harmonia e independência entre credores e devedores é fundamental para que ocorram as negociações a respeito do plano de recuperação.

## V - NOVO PRESIDENTE ELEITO PELA DIRETORIA E RATIFICADO PELO CONSELHO

Também são fatos públicos e notórios que (i) após o pedido de renúncia do Presidente do Grupo Oi, a Diretoria elegeu o Diretor Jurídico das recuperandas para ocupar de forma interina a Presidência e que (ii) em recentíssima reunião extraordinária o Conselho de Administração ratificou o nome do referido Diretor Jurídico, para ocupar o cargo de Presidente.

Há, assim, indicativo de consenso quanto ao nome do Diretor jurídico que trabalha na companhia há décadas para guiar as empresas em recuperação nesse delicado momento processual. Consenso entre a Diretoria e o Conselho de Administração e consenso também com os principais credores que vieram aos autos para requerer que os diretores estatutários das recuperandas que vêm negociando o plano de recuperação permanecessem na condução dos trabalhos.

## VI- CONCLUSÃO



Ante o exposto:

1) Indefiro os pedidos de suspensão do direito de voto dos membros do Conselho de Administração da Oi S/A e dos acionistas minoritários constantes da petição de fls. 241.856/241.984 (itens ii e iii) e da petição de fls. 243.730/243.751 (itens i, ii e iv).

2) Em relação ao pedido de proibição da assinatura do plan support agreement negociado pelos acionistas minoritários, esclareço que a ANATEL já proibiu tal assinatura; além disso, não cabe ao Juízo apreciar o mérito do plano de recuperação.

3) Mantenho a decisão cautelar que determinou que os novos Diretores Helio Costa e João Vicente Ribeiro, nomeados pelo Conselho de Administração, se abstenham de interferir de qualquer modo em questões relacionadas a este processo de recuperação judicial, bem como à negociação e elaboração do plano de recuperação judicial, matérias que permanecerão na exclusiva competência do Presidente do Grupo Oi, sob as penas da lei civil e criminal.

4) Nomeio o atual Presidente da Grupo Oi, Eurico Teles, como responsável pessoal para conduzir e concluir as negociações com os credores desta recuperação até o dia 12/12/2017, data em que deverá apresentar pessoalmente a este magistrado o plano de recuperação que será objeto de votação na Assembleia Geral de Credores, independentemente de aprovação pelo Conselho de Administração.

5) Indefiro, por ora, o pedido para determinar ao AJ que submeta à AGC planos alternativos eventualmente apresentados por credores relevantes.

6) Como consequência da medida aqui adotada, impõe-se, mais uma vez, o adiamento da AGC. Ressalto que, se por um lado, o adiamento da AGC é uma medida negativa do ponto de vista da celeridade e do cumprimento dessa etapa processual, por outro, no caso concreto, exatamente por conta dos adiamentos da Assembleia, foi possível a realização de mais de 30 mil acordos com os credores, dentro do programa de mediação que foi instaurado e vem sendo realizado pelas devedoras, com a supervisão do Administrador Judicial. Considerando que a lista do AJ tem 55.093 credores, a realização de 30.042 acordos é altamente positiva e significativa. Quando deferi a mediação, destaquei que: "Se bem sucedida, a mediação poderá impactar positivamente na vida de pequenos fornecedores, credores trabalhistas e outros credores que tenham interesse em participar do procedimento. Poderá impactar positivamente também no andamento deste processo, já que 85% dos credores das devedoras têm créditos de até R\$ 50.000,00. Ou seja, mais de 57 mil credores em um universo de 67 mil. A representatividade na Assembleia Geral de Credores é outro aspecto positivo na proposta, pois, como se sabe, o Grupo Oi tem credores espalhados por todo o país, que seguramente teriam dificuldades em comparecer a uma AGC no Rio de Janeiro. Além disso, não se pode negar que a possibilidade de extinção de mais de 50 mil processos em curso com a transferência dos valores depositados judicialmente para uma conta à disposição deste Juízo em favor de toda a coletividade dos credores, é outro fator que estimula e conduz à instauração da mediação." Entendo que o programa está sendo bem sucedido e está trazendo benefícios aos envolvidos, considerando que 54% dos credores já mediarão e receberam parte significativa do seu crédito.

Redesigno, então, a primeira convocação da Assembleia Geral de Credores para o dia 19/12/2017 às 11:00 hs, podendo continuar no dia 20/12/2017, se for necessário. A segunda convocação permanece inalterada, vale dizer, dia 01/02/2018, às 11:00 hs podendo continuar no dia 02/02/2018.

7) Revogo em parte a decisão que determinou a apresentação em Juízo do plano de recuperação com 10 dias de antecedência da AGC. O plano deverá ser apresentado pelo Presidente da Companhia, em Juízo, no dia 12/12/2017 e a AGC ocorrerá no dia 19/12/2017.

Cumpra-se. Intimem-se.

Dê-se ciência pessoal ao Ministério Público, e demais órgãos públicos que detêm a mesma prerrogativa.

Rio de Janeiro, 29/11/2017.

**Fernando Cesar Ferreira Viana - Juiz Titular**

---

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Fernando Cesar Ferreira Viana

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Código de Autenticação: **4BNX.6FCS.9Q1E.JNJT**

Este código pode ser verificado em: [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br) – Serviços – Validação de documentos